

Diálogos de um desastre: discursos e lógicas de poder no processo de reparação dos danos gerados pelo rompimento da barragem da Samarco¹

Diovana Renoldi Vieira²

Universidade Federal Do Espírito Santo

Resumo: O desastre tecnológico gerado pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro da Samarco, em 05 de novembro de 2015, trouxe a debate problemáticas diversas as quais a sociedade contemporânea vivencia diariamente, como por exemplo a intensificação da produção social de riscos atrelada aos processos produtivos tecnológicos e industriais, bem como a incapacidade dos atores estatais em prevenir tais ocorrências e gerir o caos quando este surge de forma inesperada. Cada vez mais comuns, os desastres são fenômenos com origem no próprio sistema social e que são também produtores de rupturas no funcionamento social. O caso em análise desencadeou uma série de danos ambientais, sociais, econômicos e políticos, envolvendo uma multiplicidade de atores – comunidades atingidas, empresas responsáveis, órgãos governamentais e outras instituições não governamentais, civis, acadêmicas, etc. – em busca do tratamento dos problemas gerados. Tal cenário configura-se como uma complexa rede sustentada por relações sociais assimétricas em recursos materiais e simbólicos, que refletem uma luta hegemônica no campo social em torno da legitimação de discursos, na qual cada ator se esforça para que o seu discurso alcance o lugar do “consenso” entre as partes. Nesse contexto, este estudo pretende problematizar as lógicas de poder e as narrativas discursivas desse campo de forças – formado por múltiplos agentes e interpretações – que se estabelecem nos processos de reparação e reconstrução dos danos gerados pelo rompimento da barragem de Fundão (MG).

Palavras-chave: discurso; relações de poder; Samarco; desastre; Bacia do Rio Doce;

Introdução

Deparamo-nos hoje com o intenso progresso da ciência e da tecnologia, arraigado à globalização econômica, que, ao mesmo tempo em que produz avanços e melhorias à vida dos indivíduos, traz consigo riscos e incertezas que os amedrontam. O modelo de produção contemporâneo caracterizado por organizações transnacionais e gigantes financeiras – que operam em nível global em busca da intensificação da produção, da acumulação e do lucro – acaba por se tornar um potencial produtor de riscos, de forma, ainda, a criar um ambiente em que os impactos positivos desse modo de produção são facilmente identificáveis e enaltecidos nos discursos de ordem tecnológica e científica, propagados especialmente

¹ Este trabalho é parte introdutória de pesquisa em andamento realizada pela autora, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Marta Zorzal e Silva, tendo seu formato modificado para apresentação ao III Seminário de Ciências Sociais - PGCS UFES. A pesquisa é desenvolvida com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

² Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCS-UFES). E-mail: diovana@gmail.com.

pelos meios midiáticos.

Em contrapartida, os efeitos negativos podem não ser facilmente perceptíveis, pois que são desprovidos de poder e força de reprodutibilidade, inferiorizados perante os discursos hegemônicos, os quais ocultam sistematicamente inúmeros riscos e vulnerabilidades, prestes a se materializarem como um evento danoso. Embora cada movimentação ao “progresso” esteja intrinsecamente acompanhada da produção social de riscos (BECK, 2010), estes estão pulverizados no cotidiano social, enquanto os indivíduos seguem suas vidas em constante estado de euforia e alienação, imersos em preocupações diárias, como trabalho e consumo, impostas pelo próprio modelo de desenvolvimento vigente. Fundamentadas em prerrogativas como crescimento e desenvolvimento, as atividades industriais e tecnológicas de produção seguem rumo à expansão. Por um lado, os agentes econômicos e políticos trabalham no sentido de viabilizar tal “modernização”, por outro, o sistema é sustentado com a força-motriz dos atores sociais, que aderem à sua lógica de funcionamento, reflexo também das forças exercidas no campo simbólico, em que normas e discursos que predominam nos meios comunicativos e interativos afetam diretamente as formas de agir e de pensar dos indivíduos. Tal capacidade reflexiva, em permanente letargia, sai do adormecimento nos momentos em que as falhas desse sistema provocam uma ruptura na normalidade, quando, então, abre-se uma janela para a manifestação de questionamentos acerca do sistema no qual estamos imersos.

Tais episódios, cada vez mais recorrentes, ameaçam se tornar comuns no cotidiano da sociedade contemporânea, que se depara diariamente com a materialização de riscos, cujos efeitos nocivos vão desde imperceptíveis eventos até acontecimentos de grande proporção, como desastres socioambientais, colapsos de construções civis e falhas de planejamento em processos industriais e tecnológicos. A complexidade das ocorrências se amplifica diante da incapacidade dos atores estatais em evitar e prevenir tais acontecimentos e, também, em gerir o caos e os problemas públicos quando estes surgem de forma inesperada, podendo evoluir a um quadro catastrófico se não devidamente remediados e controlados, sejam eles oriundos de causalidades naturais ou humanas.

Segundo Soriano e Valencio (2009, p.146), o desastre é um processo de ruptura que se caracteriza por duas variáveis: “a primeira é a espacialização do evento desastroso e a segunda como um fenômeno social, ou seja, os desastres são referidos espacialmente e socialmente através de diferentes níveis de vulnerabilidade”. Entre os exemplos de riscos que podem se configurar em desastres estão aqueles que decorrem do rompimento de

barragens (SORIANO; VALENCIO, 2009). O rompimento de barragens é o estopim do que veio a ser o objeto de estudo desta pesquisa, compreendido no amplo contexto da indústria extrativista mineral e das atividades de produção globais e em rede, que envolve uma multiplicidade de atores e esferas de ação. O caso do colapso da barragem de rejeitos de minério de ferro da Samarco Mineração S.A., que ocorreu no dia 05 de novembro de 2015, coloca em evidência, mais do que nunca, as dimensões sociais dos riscos e vulnerabilidades, em especial dos ecossistemas e das populações residentes nos 40 municípios impactados diretamente, ao longo dos quase 700 km percorridos pela lama de rejeitos na calha do Rio Doce até o litoral do Espírito Santo (IBAMA, 2015).

Quase três anos após a tragédia, além de um rastro de destruição no meio ambiente, fica a dor das famílias atingidas, que continuam vivendo o drama de um desastre irreversível, enquanto atores políticos, coletivos e corporativos se articulam para equacionar os modelos de intervenção mais adequados à reabilitação do sistema socioambiental, os quais refletem diretamente nos rumos e nos encaminhamentos dados à questão. A problemática, que se perpetua até os dias de hoje, deflagra um complexo campo de disputas, de ordem material e simbólica (BOURDIEU, 2004), sendo o campo simbólico o foco de análise ao qual esta pesquisa se dedica, no que concerne ao tensionamento entre as diferentes forças e narrativas discursivas que constituem o espaço social do pós-desastre.

Desastre: um fenômeno social

A perspectiva teórica deste trabalho está centrada no campo das ciências sociais, que compreende como pertinente a problemática dos desastres por esta sustentar o seguinte pressuposto básico: “o de que estes fenômenos são, na sua essência, processos de cunho socialmente relevante” (RIBEIRO, 1995, p.23). Sob esta perspectiva, os estudos da Sociologia dos Desastres, que focalizam e analisam os desastres enquanto problemas sociais, fornecem contribuições fundamentais ao objeto desta pesquisa, a começar pela própria definição do conceito. Entre as diversas definições propostas na literatura, Zhouri et al (2016, p.37) definem desastres como “acontecimentos coletivos trágicos nos quais há perdas e danos súbitos e involuntários que desorganizam, de forma multidimensional e severa, as rotinas de vida (por vezes, o modo de vida) de uma dada coletividade”. No caso do quadro de adversidades gerado a partir do colapso da barragem de Fundão, trata-se de

um desastre “tecnológico”. Diferenciando-se dos desastres ditos “naturais”, resultantes de manifestações das forças da natureza, os danos resultantes do desastre tecnológico são atribuídos a uma ação humana, derivados de erros, negligências, rupturas ou falhas de um sistema humano ou utilizações indevidas (consciente ou inconscientemente assumidas) do desenvolvimento tecnológico-industrial (ZHOURI et al, 2016; RIBEIRO, 1995).

Independentemente da causalidade que lhe for atribuída, os desastres promovem uma disrupção nos modos de vida humana e não-humana ocasionada pelo evento súbito e catastrófico. Conforme Bates, Dynes e Quarantelli (1992 apud RIBEIRO, 1995), esse processo de ruptura social reflete, necessariamente, o tipo e o grau de preparação do sistema social para lidar com os riscos e, da mesma forma, para gerir os fenômenos em grande parte por ele próprio criados. Por outro lado, ao mesmo tempo em que os desastres são eles próprios produtores de rupturas no funcionamento social, são também acontecimentos com raízes profundas na relação entre dois fatores: o *sistema social* (referente à *causalidade sistêmica ou estrutural*) e o *ambiente construído* (*causas genéticas*, sejam elas naturais ou tecnológicas). Assim, os desastres são entendidos como processos resultantes da associação entre causas genéticas e causas sistêmicas. Este paradigma explicativo configura os desastres como fenômenos intrinsecamente sociais e afasta concepções reducionistas de caráter tecnocrático relativas à problemática dos desastres e suas causalidades (RIBEIRO, 1995).

A temática dos desastres acompanha também o debate acerca da produção social de riscos, na medida em que os desastres nada mais são do que a materialização dos riscos, os quais são produzidos ou acentuados pelo próprio sistema social e estão cada vez mais propícios a eclodir, por estarem vinculados à intensificação das forças produtivas no processo de desenvolvimento tecnológico e industrial. Como indica Beck (2010, p.23), na modernidade tardia, a produção social de riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos, de forma que o processo de modernização torna-se “reflexivo” (ao mesmo tempo é tema e problema) e pode ser percebido como uma autoameaça civilizatória. Problemática que se tornou, nas palavras do autor, o novo paradigma da sociedade de risco, e que pode ser nomeada também como uma sociedade catastrófica, pois que convive com a ameaça de o estado de exceção se converter em estado normalidade (BECK, 2010).

Seguindo essa linha de pensamento, Giddens (2007) afirma que as sociedades hoje estão envolvidas num problema de administração de riscos, imersos em um mundo em que

perigos criados por nós mesmos (riscos fabricados) são tão ameaçadores, ou mais, quanto os que vêm de fora (riscos externos). O autor ressalta que o risco precisa ser disciplinado, mas que consiste em um elemento essencial de uma sociedade inovadora e propensa à mudança, sendo impossível adotar uma postura simplesmente negativa em relação a ele. Viver na era global significa, portanto, enfrentar uma diversidade de situações de risco, face aos quais precisaremos, por vezes, agir com cautela e, por vezes, agir com ousadia, e apoiar a inovação científica ou outras formas de mudança que surgem (GIDDENS, 2007).

Compreendidos como fenômenos sociais, portanto, os desastres podem ser examinados e analiticamente fragmentados em três fases distintas. A primeira, designada *produção/reprodução*, relaciona-se aos processos sociais que surgem na articulação entre o sistema social e o ambiente construído, sendo este momento da origem sistêmica do desastre. É nesta etapa que são dados direcionamentos a questões de prevenção e proteção social do desastre, como por exemplo as escolhas relativas à forma de desenvolvimento tecnológico-industrial ou, por um âmbito mais específico, nesta fase são pensadas e constituídas ações de preparação em resposta a situações de emergência. A segunda fase é definida por um processo de *ruptura/emergência*, caracterizada pela manifestação concreta do desastre, que afeta diretamente o sistema social, que é confrontado com a alteração de suas rotinas habituais, vendo-se compelido a encontrar respostas para a normalização da situação (RIBEIRO, 1995). Já a terceira fase, denominada *reconstrução/desenvolvimento social*, trata-se do pós-desastre, momento em que, após serem realizados os trabalhos de gestão emergencial para que haja garantia das condições elementares de funcionamento social, acionam-se, então, processos de reconstrução, visando recuperar a disrupção provocada pelo evento. Paralelamente, são equacionados, sob perspectiva de encaminhamentos futuros, os modelos de intervenção mais adequados para a reabilitação do sistema social afetado, sendo que os confrontos das diferentes representações e interesses presentes no cenário vão resultar em modelos distintos de intervenção social.

Assim, quanto ao objeto em estudo, temos que a intensificação da produção industrial do complexo minerário da Samarco foi acompanhada da intensificação da produção dos “riscos fabricados”, cuja acumulação propiciou paulatinamente a construção do ambiente social, levando em conta, ainda, o próprio sistema social como colaborador à criação da situação de risco (fase de *produção/reprodução do desastre*). O agravamento do quadro, então, alcançou tal ponto que se materializou no dano, nesta situação, o

rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (fase de *ruptura/emergência*), impondo, de imediato, ações emergenciais aos problemas gerados, os quais são intensificados em virtude do despreparo do sistema social para lidar com a anormalidade. Simultaneamente, inicia-se uma mobilização relativa aos encaminhamentos institucionais (fase de *reconstrução/desenvolvimento social*), quando acontece a articulação dos atores envolvidos, para que sejam definidos os instrumentos de resolução de conflito, processo permeado por disputas políticas e simbólicas, que refletem diretamente na representatividade dos interesses e no direcionamento dado à problemática.

É feita a decomposição analítica do desastre em três fases e suas características, no intuito de localizar o foco desta pesquisa, cujos esforços analíticos focalizam a terceira e última fase (embora não se detenha apenas a ela), o *pós-desastre*, caracterizado pela disputa de interesses, discursos e saberes, no sentido de definir quais os rumos e os encaminhamentos institucionais serão dados para a resolução dos problemas.

Relações de poder e o poder do discurso

Ante a problemática descrita, toma-se como referência teórica e analítica a perspectiva de Pierre Bourdieu (2010) relativa ao conceito de campo social, para iluminar a teia de relações de poder do caso em foco. Assimilando a sociologia a uma *topologia social*, Bourdieu afirma ser o mundo social constituído por princípios de diferenciação ou de distribuição, em que, por meio variáveis de força e poder, seus agentes ou grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço, que pode ser descrito também como campo de forças. Assim, a posição de um determinado agente no espaço social é definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, isto é, de acordo com a distribuição de poderes em cada um deles (capital econômico, capital cultural, capital social e também o capital simbólico), entendendo que cada um possui lógica e hierarquia próprias. Dessa forma, Bourdieu sintetiza o conceito de campo social como

um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das duas posses (BOURDIEU, 2010, p.135).

Nesse contexto, os sistemas simbólicos são vistos enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, os quais tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social, que contribui para a reprodução da ordem social ou também para a imposição ou legitimação da dominação. O poder simbólico é entendido como um poder de construção da realidade, sendo capaz de “constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo” (BOURDIEU, 2010, p.14). Seus efeitos, quase que mágicos, permitem obter o equivalente daquilo que é obtido pela força, física ou econômica.

Portanto, relacionando tais conceitos ao caso em questão (desastre causado pelo rompimento da barragem de rejeitos da Samarco), podemos considerar o contexto dado como um espaço de lutas simbólicas, constituído por uma lógica própria e organizado hierarquicamente, em que se reproduz o tensionamento de diferentes forças, as quais buscam impor a definição de mundo social que melhor represente os seus interesses, processo que é sustentado através da crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia. Nessa perspectiva, os “discursos” – corpus de análise desta pesquisa – que repercutem neste espaço social são elementos que compõem o poder simbólico, o qual afeta as relações ali existentes, na medida em que é uma forma transfigurada e legítima das outras formas de poder (BOURDIEU, 2010).

De outro modo, a perspectiva teórica foucaultiana, ao realizar relevante análise sobre a interação existente entre práticas discursivas e relações de poder, também oferece alicerces às análises que se pretende realizar nesta pesquisa. Os estudos genealógicos de Michel Foucault dão centralidade aos sistemas de poder nas sociedades modernas e localizam o discurso e a linguagem no coração das práticas e dos processos sociais (FAIRCLOUGH, 2001), a considerar que, nas relações humanas, quaisquer que sejam elas, o poder está sempre presente (FOUCAULT, 2004, p.276).

O poder, para Foucault, é definido como “uma relação de forças, ou melhor, toda relação de forças é uma relação de poder” (DELEUZE, 1988, p.78). Desse modo, o poder apresenta-se de forma implícita nas práticas sociais cotidianas. Ele não funciona negativamente, por meio de uma dominação forçada dos sujeitos, e não é imposto de cima por forças de agentes específicos; o poder é incorporado aos sujeitos, por meio de microtécnicas, que implicam uma relação dual entre poder e conhecimento (FAIRCLOUGH, 2001, p.75). A mecânica do poder funciona de forma microscópica,

mostrando-se sob uma forma capilar de existir, tal que “o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana” (FOUCAULT, 1979, p.161).

Foucault afasta a ideia do poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo ou grupo sobre os outros. Também não é uma forma, como por exemplo o Estado. Não é um bem ou uma propriedade, como algo que se possui e se detém exclusivamente nas mãos de alguns, ou que está localizado em lugar específico. O poder deve ser entendido como algo que circula e apenas funciona e se exerce em rede. As relações de poder são relações de forças e, portanto, sempre móveis, reversíveis e instáveis, sendo que os indivíduos nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (FOUCAULT, 1979, 2004, 2006; DELEUZE, 1988). Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. É o indivíduo que se configura como um de seus primeiros efeitos. Assim, “o indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu” (FOUCAULT, 1979, p.183).

Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes ou cuja dominação seja incontornável, ao contrário, suscitam necessariamente a possibilidade de uma resistência. De modo que Foucault faz aparecer mais a luta perpétua e multiforme do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizante (FOUCAULT, 2006). O teórico entende que a relação de forças não é essencialmente repressiva e ultrapassa singularmente a violência, não podendo ser definida por ela. Enquanto a violência afeta quaisquer coisas, objetos ou seres, destruindo ou alterando suas formas, a força não tem outro objeto além de outras forças, não tem outro ser além da relação, consiste em um “conjunto de ações sobre ações possíveis”, que seriam as categorias do poder as quais as sociedades estão sujeitas, como: “incitar, induzir, desviar, tornar fácil ou difícil, ampliar ou limitar, tornar mais ou menos provável...” (DELEUZE, 1988, p.78). A lista é indefinida e variável conforme o caso. Salienta-se que Foucault não ignora de modo algum a repressão e a ideologia, mas “elas não constituem o combate de forças, são apenas a poeira levantada pelo combate” (DELEUZE, 1988, p.38).

Uma das técnicas de exercício de poder citadas por Foucault consiste nos mecanismos de gestão disciplinar, que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos (FOUCAULT, 1979) e que caracteriza as sociedades modernas, definidas como

“sociedades disciplinares”. Nelas, a disciplina surge não como uma instituição ou um aparelho, mas como “um tipo de poder, uma tecnologia, que atravessa todas as espécies de aparelhos e de instituições para reuni-los, prolongá-los, fazê-los convergir, fazem com que se apliquem de um novo modo” (DELEUZE, 1988, p.35). A disciplinarização das sociedades é vista como o ajuste cada vez mais controlado entre as atividades produtivas, as redes de comunicação e o jogo das relações de poder (FOUCAULT, 1995).

Enquanto o poder não passa por formas, apenas por forças, o *saber* diz respeito a matérias formadas (substâncias) e a funções formalizadas, sendo, pois, estratificado, arquivado, dotado de uma segmentaridade relativamente rígida. É entendido como “um agenciamento prático, um dispositivo de enunciados e de visibilidades” (DELEUZE, 1988, p.60). Apesar de diferentes por natureza, o poder e o saber relacionam-se mutuamente, em pressuposição e captura. “Não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (DELEUZE, 1988, p.48). É como se as relações de poder tornassem um saber (por exemplo, as ciências do homem) possível ou o tornassem mais ou menos capaz de atravessar um limiar epistemológico (DELEUZE, 1988).

Em seus estudos genealógicos, Foucault problematiza a questão de saberes específicos serem valorizados ou inferiorizados de acordo com a hierarquização científica do conhecimento e dos seus efeitos intrínsecos de poder. Desse modo, a genealogia propõe a insurreição dos saberes que são locais, desqualificados ou não legitimados contra os efeitos do poder de um discurso considerado como científico, teórico, unitário, centralizador e formal, que funciona em nome de um conhecimento verdadeiro (FOUCAULT, 1979).

Ao mesmo tempo em que o poder é capaz de produzir discursos de verdade dotados de efeitos poderosos, não há possibilidade de exercício do poder sem a produção de discursos de verdade. Isto é, somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. As verdades, que são produzidas graças a múltiplos mecanismos de coerção, geram efeitos regulamentados de poder (FOUCAULT, 1979). Segundo o autor, a chamada "economia política" da verdade tem cinco características historicamente importantes:

a "verdade" é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas,

de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas "ideológicas") (FOUCAULT, 1979, p.13).

A estreita relação entre o exercício do poder e a produção dos saberes e das verdades, portanto, faz com que as práticas discursivas estejam no cerne das lutas de poder: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2003, p.10). O discurso, conceituado como uma série de elementos que operam no interior do mecanismo geral do poder (FOUCAULT, 2006), é constitutivo da vida social, contribuindo para a produção, a transformação e a reprodução dos objetos e dos sujeitos. E, por outro lado, é socialmente controlado, de modo que em cada sociedade a produção discursiva é “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” (FOUCAULT, 1979, p.8).

Discursos e relações de poder no pós-desastre: considerações finais e rumos futuros da pesquisa

Entendido como um fenômeno inerentemente social – e com origem no próprio sistema social (QUARANTELLI, 2005), o desastre tecnológico ocasionado pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro da Samarco foi um produtor de rupturas no funcionamento social e, por consequência, acarretou o acionamento e a mobilização de atores em torno da necessidade de reabilitação de todo o sistema afetado. Assim, a partir do rompimento da barragem, em 05 de novembro de 2015, uma multiplicidade de atores – populações atingidas, empresas responsáveis, órgãos governamentais e outras instituições não governamentais, civis, acadêmicas, etc. – vê-se compelida a interagir em busca do tratamento dos problemas ambientais, sociais, econômicos e políticos gerados. Tal cenário configura-se como uma complexa rede sustentada por relações sociais assimétricas em recursos materiais e simbólicos, que refletem uma luta hegemônica no campo simbólico em torno da legitimação de discursos, na qual cada ator se esforça para que o seu discurso alcance o lugar do “consenso” entre as partes.

Com a assinatura do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), instrumento alternativo às vias judiciais para o tratamento do conflito, cria-se uma arquitetura institucional especialmente para atender à demanda gerada pela catástrofe. Como será aprofundado nesta pesquisa, muitas são as discordâncias que surgem em relação ao Acordo e às suas normas, sendo uma delas o fato de o TTAC ter sido elaborado sem a participação de representantes das comunidades atingidas, gerando contestações a respeito de sua legalidade e legitimidade. Ainda assim, as cláusulas previstas no Termo foram aplicadas, passando a reger todo o tratamento do conflito. Entre suas normas se destaca a criação de uma fundação de direito privado, hoje conhecida como Fundação Renova, com o objetivo de gerenciar e executar todo o processo de reparação dos danos. Fato que reflete diretamente em mudanças nos modos de interação entre as partes, sobretudo porque esse novo arranjo institucional – que passa a funcionar “oficialmente” depois de nove meses do rompimento da barragem – coloca a Fundação Renova como interlocutora direta com as populações atingidas, as quais têm a Renova como única via de comunicação, pois que é a forma “institucionalizada” de acesso para a resolução de seus problemas.

A Fundação Renova foi criada em 28 de junho de 2016, com o objetivo “gerir e executar medidas previstas nos programas socioeconômicos e socioambientais, incluindo a promoção de assistência social aos impactados, em decorrência do rompimento da barragem” (FUNDAÇÃO RENOVA, 2016, p.2), tendo como instituidoras e mantenedoras a Samarco, a Vale e a BHP Billiton Brasil Ltda. A instituição é definida como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e dotada de autonomia administrativa, patrimonial, financeira e operacional, o que concede grande poder à instituição, visto que é responsável pela distribuição dos recursos financeiros, bem como por gerenciar diretamente todos os projetos previstos no TTAC (FUNDAÇÃO RENOVA, 2016). Para atuar junto à Fundação Renova, o TTAC estabeleceu também a criação do Comitê Interfederativo (CIF), como instância externa e independente da Fundação, com a finalidade de acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução das medidas impostas pelo Acordo (BRASIL, 2016). Em seu regimento interno, o CIF é apresentado sob uma composição formada por representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Governo Federal, dos Governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, dos municípios atingidos e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. O CIF recebe auxílio de 10 (dez) Câmaras Técnicas (CT's), órgãos consultivos criados para subsidiar tecnicamente a análise dos

programas e projetos apresentados pela Renova. As CT's são compostas por especialistas e instituições com mandato legal sobre os assuntos pertinentes de cada programa, os quais se reúnem periodicamente para avaliar as propostas em trâmite concernentes ao cumprimento do TTAC (CIF, 2016a, 2016b).

Nesse sentido, vê-se configurado um campo social composto por vozes que explicitam interesses diversos e que representam agentes localizados em posições assimétricas no sistema social, pois que estão submetidos a uma distribuição desigual dos capitais econômico, político e simbólico (BOURDIEU, 2004), o que reflete diretamente no seu poder de ação e na legitimação de seus discursos. Sob esse viés, observa-se que a Fundação Renova – que representa em grande medida os interesses dos atores governamentais e dos atores corporativos, por ambos terem forte representação na estrutura de governança da Fundação – está localizada em posição vantajosa nessa relação de forças, enquanto as comunidades atingidas encontram-se em posição oposta, notadamente as mais fragilizadas nas suas capacidades de ação e de interlocução, em especial por estarem à margem das esferas de decisão institucionalizadas pelo TTAC e dependerem da Fundação Renova para todos os trâmites referentes ao desastre, a começar pelo acesso a informações básicas, transparentes e acessíveis, tal como dados sobre os níveis de contaminação da água e sobre critérios de elegibilidade para recebimento de auxílios financeiros e indenização.

Nesse sentido, esta pesquisa direciona olhar analítico às narrativas discursivas utilizadas pela Fundação Renova, visando investigar possíveis significados e intencionalidades exercidas nesse campo social. Adota-se a perspectiva de que a estruturação de práticas discursivas em modos particulares nas ordens de discurso, nas quais se naturalizam e ganham ampla aceitação, é uma forma de hegemonia, “no sentido de um modo de dominação que se baseia em alianças, na incorporação de grupos subordinados e na geração de consentimento” (FAIRCLOUGH, 2001, p.28). Entende-se que o discurso não apenas reflete ou representa entidades e relações sociais, mas as constrói ou as constitui. Assim, ele contribui para a constituição da estrutura social e também é moldado e restringido pela estrutura social, não sendo apenas uma representação do mundo, mas uma significação do mundo (FAIRCLOUGH, 2001). Por isso o discurso não é apenas aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, “mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2003, p.10).

Ademais, os discursos determinados como legítimos ocupam representação hegemônica no espaço social e simbólico, enquanto os discursos desqualificados ou invisibilizados posicionam-se em colocação inferior na hierarquia das relações de poder estabelecidas nesse campo (FOUCAULT, 1979).

Sob tal perspectiva, por meio da análise dos discursos produzidos e divulgados pela Fundação Renova, pretende-se identificar e problematizar tais narrativas discursivas da que se estabelecem nos processos de reparação e reconstrução dos danos gerados pelo rompimento da barragem de Fundão (MG). O recorte temporal para a análise engloba o período entre novembro de 2015 e novembro de 2018, embora o estudo não se fixe no tempo cronológico, entendendo que o desastre transcorre em um tempo social, com base na concepção do desastre como um fenômeno inerentemente social. (QUARANTELLI, 2005). A partir desse escopo, a pesquisa apresenta os seguintes objetivos específicos: contextualizar historicamente a problemática do desastre socioambiental no âmbito global da indústria da mineração; contextualizar analiticamente o objeto da pesquisa no âmbito dos estudos sociológicos; descrever os acontecimentos gerados a partir do rompimento da barragem de Fundão (MG), focalizando os encaminhamentos institucionais dados para o tratamento do conflito; descrever a natureza constitutiva da Fundação Renova, bem como sua estrutura de governança e de funcionamento, seus mecanismos de comunicação e os públicos com os quais interage; identificar e analisar possíveis significados e lógicas de poder nas práticas discursivas da Fundação Renova.

Para alcançar os objetivos deste estudo, tido como uma investigação de base qualitativa, pretende-se utilizar a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. O principal material de análise trata-se de uma seleção de conteúdos produzidos e divulgados pela Fundação Renova – os quais ainda estão em processo de definição – porém outros materiais também são utilizados para tais procedimentos metodológicos, tais como: relatórios, comunicados e conteúdos veiculados nos canais de comunicação da Fundação Renova, bem como de outros atores, tais como da Samarco/Vale/BHP e de movimentos sociais em defesa dos atingidos, entre outros; matérias jornalísticas publicadas em veículos de imprensa on-line, que representem os âmbitos local, regional e nacional; documentos oficiais produzidos no âmbito das instituições do Estado, tal como o próprio Termo de Ajustamento de Conduta e documentos técnicos concernentes ao assunto, como estudos e relatórios produzidos por órgãos públicos e por entes legitimados pelo TTAC, como Câmaras Técnicas e Comitê Interfederativo. Além disso, conteúdos proferidos verbalmente

em eventos realizados em torno da problemática do desastre, como seminários, reuniões e congressos.

Ademais, tem-se o próprio estudo de caso como ferramenta específica de produção de dados e que, ao mesmo tempo, mobiliza diferentes metodologias, sobretudo as de caráter qualitativo, podendo ser definido como “uma investigação cuja finalidade é descrever e analisar acontecimentos, agentes e situações complexas, com dimensões variáveis em interconexão” (ALMEIDA, 2016, p.61).

Referências

ALMEIDA, R. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016. p.60-72.

Ampla Engenharia e Gestão de Projetos Ltda. (AMPLO). Relatório de Impacto Ambiental - RIMA - EIA integrado do Complexo Germano. Belo Horizonte: Amplo, 2017.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Governo Federal, Governo do estado de Minas Gerais, Governo do estado Espírito Santo e as mineradoras Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda. Termo de transação e ajustamento de conduta – TTAC, homologado em 02 de março de 2016. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/cif/ttac>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão Externa do Rompimento de Barragem na Região de Mariana – MG. Relatório Final. 12 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1457004>.

Acesso em: 15 maio 2018.

COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF). Deliberação nº 01, de 04/05/2016. Brasília: CIF, 2016a. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/cif/deliberacoes>>. Acesso em: 15 maio 2018.

COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF). Deliberação nº 07, de 11/07/2016. Brasília: CIF, 2016b. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/cif/deliberacoes>>. Acesso em: 15 maio 2018.

DELEUZE, G. Foucault. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, M. (1979) Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. (1995). O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. (2003). A ordem do discurso. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. (2004). A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, M. Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. (2006). Diálogo sobre o poder. In: Foucault, M. Estratégia, poder-saber. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p.253-266.

FUNDAÇÃO RENOVA. Estatuto da Fundação Renova. Belo Horizonte, 28 junho de 2016. Disponível em: <www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/10/estatuto-registrado.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

FUNDAÇÃO RENOVA. Conheça nossos programas. Disponível em: <<http://www.fundacaorenova.org/conheca-os-programas>>. Acesso em: 13 maio 2018.

GIDDENS, Anthony. Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós. 6

ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

IBAMA. Laudo Técnico Preliminar: Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. 26 nov. 2015. Brasília: Ibama, 2015.

LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016. p.24-41.

QUARANTELLI, E. L. A social science research agenda for the disasters of the 21 st century: theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementation. In: R. W. Perry; E. L. Quarantelli (eds). What is a Disaster? New answers to old questions. USA: International Research Committee on Disasters, 2005. p.325-396.

RIBEIRO, M. J. Sociologia dos desastres. In: Revista Sociologia – problemas e práticas, n.18. CIES/ISCTE, 1995. p.23-43.

SANTOS, R. S. P.; WANDERLEY, L. J. Dependência de barragem, alternativas tecnológicas e a inação do Estado: repercussões sobre o monitoramento de barragens e o licenciamento do Fundão. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (orgs.). Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Marabá - PA: iGuana, 2016. p.87-139. (Coleção A Questão Mineral no Brasil, v.2).

SILVA, J. V.; ANDRADE, M. J. Introdução. In: Bruno Milanez e Cristiana Losekann. (Org.). Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital - Letra e Imagem, 2016. p.23-35.

SILVA, M. Z. A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimentismo brasileiro. Vitória: EDUFES, 2004.

SORIANO, É.; VALENCIO, N. Riscos, incertezas e desastres associados às barragens: os riscos referentes à Itaipu Binacional. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.;

GONÇALVES, J. C. Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima Editora, 2009. p.146-159.

ZHOURI, A.; VALENCIO, N.; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; LASCHEFSKI, K.; SANTOS, A. F. M. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. Ciência e Cultura, v. 68, n. 2, 2016. p.36-40.